



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

SARAH CRISTINA TAVARES BRITO

**AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO
ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU NO MUNICÍPIO DE
PALMAS/TO**

**PALMAS/TO
2017**

SARAH CRISTINA TAVARES BRITO

**AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO
ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU NO MUNICÍPIO DE
PALMAS/TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Tecnologia em
Agronegócio do Instituto Federal do Tocantins
Campus Palmas, como exigência à obtenção do
grau de tecnólogo em agronegócio.

Orientador: Prof. Msc. Phillipe Farias Ferreira

**PALMAS/TO
2017**

BRITO, Sarah Cristina Tavares.

Agricultura Familiar: Produção e Comercialização do Assentamento Serra do Taquaruçu no Município de Palmas/TO.
Sarah Cristina Tavares Brito. – Palmas, 2017. 60F.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnologia em Agronegócio)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins- Campus
Palmas, 2016.
Orientador: Prof.Msc.Phillipe Farias Ferreira

1.Agricultura familiar 2.Assentamento 3.Sustentabilidade 4. Agronegócio

SARAH CRISTINA TAVARES BRITO

**AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO
ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora designada pela coordenação do curso de recurso naturais, do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas, como requisito para obtenção de título de Tecnólogo em Agronegócio.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Prof. Dra. Cheila Naves Barbiero

Banca Examinadora:

Prof. MSc. Phillipe Farias Ferreira
Presidente Orientador

Prof. MSc. Joseane Ribeiro Menezes
Membro da Banca Examinadora

Prof. MSc. Leonardo Brasil Carvalho
Membro da Banca Examinadora

“A verdadeira viagem de descobrimento, não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”. (Marcel Proust)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que é a razão de tudo, pois sem Ele não teria chegado até aqui. Em todos os momentos em que pensava em desistir Ele estava a me reerguer, sempre me fortalecendo e me dando ânimo para concluir essa árdua batalha. A vida acadêmica não é fácil, mas dou graças a Ele por ter me dado o privilégio que poucos possuem de concluírem um curso superior. Ele foi o meu maior mestre.

Aos meus pais pelo apoio e amor incondicional, sempre lado a lado, de mãos dadas comigo, eles que são os meus maiores exemplos de humildade, persistência e fé; aos meus irmãos e familiares pela força, aos amigos pela paciência sempre que ganhavam um não para participar de alguma programação.

Ao meu orientador Prof. Msc. Phillipe Farias pela presteza e disponibilidade mesmo possuindo muitas obrigações nesta universidade e obrigada ao meu amigo e jornalista Welcton Oliveira pela indicação e presteza às minhas necessidades e dificuldades, você foi de importância imensurável para conclusão deste projeto.

Não poderia deixar de agradecer também a todos os produtores que me receberam em suas propriedades, obrigada pela receptividade e interesse em nos ajudar.

Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram e incentivaram desde o início até o término deste trabalho Que Deus os recompense cada dia mais.

Meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente pesquisa fez uma análise da produtividade e da comercialização praticada no assentamento rural Serra do Taquaruçu. Localizado no município de Palmas, no estado do Tocantins, esse assentamento é fruto da reforma agrária promovida pelo Governo federal no final da década de 80. Com essa análise pretendeu-se saber se o sistema de produção e comercialização empregado hoje atende às necessidades das 21 famílias lá instaladas. Essas áreas são dotadas de grande potencial produtivo e podem, com o uso de técnicas adequadas, proporcionar aos assentados do projeto agrário um excedente capaz de gerar renda e empregos na região. Foram verificadas as principais atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas e identificadas as formas de escoamento e comercialização do excedente agrícola. Além disso, por meio de coletas de dados e levantamento de informações *in loco* foi possível entender como estão organizados esses pequenos produtores rurais. O fator socioeconômico foi determinante para a construção de um discurso capaz de explicar em que cenário estão inseridos, suas perspectivas e os principais problemas que afetam o aumento da produtividade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Assentamento; Agronegócio; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research was an analysis of productivity and marketing practiced in the rural settlement of Serra Taquaruçu. Located in the city of Palmas, in Tocantins state, this settlement is the result of land reform promoted by the federal government in the late 80. With this analysis was intended to whether the production and marketing system used today meets the needs of the 21 families there installed. These areas are endowed with great productive potential and can, with the use of appropriate techniques to provide the settlers of the agrarian project a surplus capable of generating income and jobs in the region. the main activities developed by the resettled families and identified forms of distribution and marketing of agricultural surplus were checked. In addition, through data collection and information gathering spot it was possible to understand how these small farmers are organized. The socioeconomic factor was decisive for the construction of a speech able to explain in that scenario are inserted, its prospects and the main problems that affect productivity growth.

Keywords: Family farming; Settlement; Agribusiness; Sustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Serra do Taquaruçu: Tipos de solo.....	36
Gráfico 2 - Serra do Taquaruçu: Tipos de Vegetação	37
Gráfico 3 - Serra do Taquaruçu: Tipos de Relevo	37
Gráfico 4 - Amostra da Pesquisa no Assentamento.....	39
Gráfico 5 - Média salarial dos entrevistados	40
Gráfico 6 - Produtos cultivados no assentamento	40
Gráfico 7 - Transporte dos produtos.....	45
Gráfico 8 – Formas de aquisição de Orientação técnica.....	47
Gráfico 9 - Problemas que dificultam o aumento da produção.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lista de Assentamentos em Palmas/TO	25
Figura 2 - Loteamento Serra do Taquaruçu	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modalidades de Assentamentos	23
Tabela 2 - Assentamentos em Palmas/TO.....	26
Tabela 3 - Atividade Econômica no Assentamento	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA	Erro! Indicador não definido.
1.3 JUSTIFICATIVA	Erro! Indicador não definido.
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA	15
1.4.1 Objetivo Geral	15
1.4.2 Objetivos Específicos	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 O ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU E A REFORMA AGRÁRIA	16
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	16
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR	18
2.4 OS ASSENTAMENTOS RURAIS	21
2.5 ASSENTAMENTOS, SUSTENTABILIDADE E O AGRONEGÓCIO	28
3 TIPOS E MÉTODOS DA PESQUISA	34
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS	34
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU	36
4.1.1 Características geográficas	36
4.2.2 Condições atuais do assentamento	38
4.3 O ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU E SUA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	38
4.4 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	39
4.5 ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO	40
4.6 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: USO DE AGROTÓXICOS E A PRODUÇÃO ORGÂNICA	41
4.7 ASPECTOS SOCIAIS: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	45
4.8 PRINCIPAIS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

A região compreendida como Serra do Taquaruçu, localizada no município de Palmas, estado do Tocantins e distante 55 quilômetros da sede, possui atualmente quatro assentamentos rurais da reforma agrária. O assentamento Serra do Taquaruçu é o mais antigo da região e possui 26 lotes, sendo que, conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por meio de seu portal na internet atualizado em 2016, 21 destes são ocupados pelos assentados.

O assentamento Serra do Taquaruçu foi o objeto de estudo desta pesquisa. Mesmo que seja um assentamento antigo – sua criação deu-se em 21 de abril de 1988 (Anexo I) – e onde já são consolidadas por parte dos pequenos produtores rurais algumas atividades, tais como criação de animais, cultivo de alimentos, comercialização de produtos cultivados por eles mesmos, é necessário buscar novas parcerias e técnicas para aumento da produção nos moldes da agricultura familiar e com isso, aumentar a renda dos assentados.

Entendemos que um diagnóstico por meio de pesquisa científica mostrará a viabilidade ou não do sistema de produção e de comercialização atualmente realizada pelos agricultores do Assentamento Serra do Taquaruçu.

A bibliografia estudada na construção desta pesquisa aponta para a necessidade de um planejamento e organização local vislumbrando, sobretudo, a busca de recursos para investimentos em alguns setores estratégicos de produção na região, bem como a implementação de recursos tecnológicos, já que a atual forma de execução das atividades econômicas não alcança todo o seu potencial produtivo.

De acordo com Pontes e Santos (2015), em artigo publicado na revista Mundo Agrário, a superação das dificuldades relacionadas à comercialização da produção agrícola originária dos assentamentos da reforma agrária no Brasil correlaciona-se a duas condições: a organização coletiva dos trabalhadores rurais assentados e o aprimoramento das políticas públicas dedicadas ao atendimento das condições relacionadas a agricultura familiar, notadamente seu desenvolvimento nos assentamentos oriundos da reforma agrária.

Assumpção (2006) afirma que o pequeno produtor vive em um ambiente competitivo que o deixa refém dos preços estabelecidos no mercado. A relação de troca é desigual entre produtor e o mercado, o que provoca a transferência da renda do produtor para quem está adquirindo o produto, seja o intermediário ou a indústria.

É possível entender a partir da visão de Assumpção que os pequenos produtores têm prejuízos nas transações comerciais porque tem seus lucros reduzidos, já que fornecem os produtos para um intermediário que estabelecerá um sobrepreço para o consumidor final.

Em se tratando da organização social, os assentados tornam-se agricultores e também agentes transformadores da cultura local se envolvendo nas transformações das dimensões ideológica, política, social e econômica, já que as atividades desenvolvidas por eles interferem no seu dia-a-dia num contexto muito maior do que simplesmente o econômico. A forma como se articula a produção agroalimentar demonstra as opções de desenvolvimento de uma região ou até mesmo de um país, e também determina as condições em que os produtos são ofertados ao consumidor final em termos de qualidade, preço e disponibilidade (GORGEN; STÉDILE, 1991).

O desenvolvimento e consolidação dos assentamentos resultantes da reforma agrária no Brasil têm como barreira significativa sua integração às condições do sistema produtivo, especialmente quanto à comercialização da produção agrícola. Esse cenário impõe aos assentados a necessidade de articular-se coletivamente para romper os obstáculos à agricultura familiar no mercado brasileiro. A luta pela reforma agrária transmuta-se na luta por condições adequadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. (PONTES, 2015)

As vantagens financeiras, produtivas e políticas do agronegócio são instrumentalizadas para a disputa por recursos públicos e orientação das ações do Estado quanto à produção agrícola. Outro elemento relacionado às dificuldades para a consolidação da agricultura familiar é a associação dos produtores rurais a intermediários, que se apropriam no processo de comercialização da produção do excedente gerado pelos agricultores. (PONTES, 2015)

Torna-se muito importante que além da promoção da reforma agrária, haja em seguida um programa que fortaleça a agricultura familiar, proporcionando aos pequenos produtores ferramentas e métodos de trabalho que garantam o aproveitamento de todo o potencial produtivo. Essa carência de recursos tecnológicos e treinamentos é um problema identificado no Assentamento Serra do Taquaruçu, onde os assentados estão limitados a atividades agropastoris voltadas quase que exclusivamente para a subsistência.

1.1 JUSTIFICATIVA

O assentamento Serra do Taquaruçu, como foi constatado em pesquisa *in loco*, por meio de entrevista com os assentados, desenvolve atividades como cultivo de alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças, etc.) e criação de animais (bovinos, suínos, aves, etc.), fazendo uso de ferramentas tecnologicamente ultrapassadas que os limitam a produzir numa escala bem inferior ao que de fato podem produzir. Embora exista uma associação de produtores no local, ainda não foi desenvolvido um plano articulado de produção, com instrumentos de trabalho modernizados e com a inserção de técnicas agrícolas inovadoras.

Diante deste cenário, o presente estudo torna-se necessário, uma vez que este poderá detectar gargalhos no sistema de produção e comercialização, e com isso apontar sugestões de projetos viáveis para comunidade que possibilite potencializar o que já produzem ou até desenvolver novas atividades que se adéquem às condições do solo e do clima.

O Projeto do Assentamento Serra do Taquaruçu, foi criado em 1983 no projeto de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização Rural (INCRA) e possui 26 lotes, com uma média de 48 hectares cada um, onde prevalece o sistema de agricultura familiar e as 21 famílias exploram a área com cultivo de legumes, grãos, hortaliças, bovinocultura leiteira, suínos, aves e piscicultura. Sua posição estratégica e o fácil acesso tornam-se um diferencial no sentido de facilitar o escoamento dessa produção.

A presente pesquisa buscou aprimorar as relações entre os conceitos de agricultura familiar e agronegócio dentro de uma perspectiva de agricultura sustentável, por entender que os pequenos produtores dependem de uma natureza preservada e são os mais vulneráveis quando se trata de problemas ambientais.

1.3 PROBLEMA

Os projetos de agricultura familiar sustentável vêm crescendo nos últimos anos e cada vez mais os pequenos agricultores estão buscando tecnologias e técnicas capazes de aumentar a produção. Os assentamentos rurais da reforma agrária somam a estes números de produção que garantem a subsistência das famílias e a comercialização do excedente que geram renda e emprego no campo.

Como é perceptível, no município de Palmas, as pequenas propriedades produzem produtos que são comercializados em feiras, supermercados e vendas governamentais como o compra direta. Como foi percebido na pesquisa in loco, ainda existem gargalhos no sistema de produção e de comercialização que impossibilitam que este setor avance. Em muitos casos, a produção está comprometida pela falta de técnicas e planejamento dos agricultores. Em outros, esbarram na falta de incentivos de políticas públicas e apoio financeiro para alavancar a produção e a comercialização dos produtos.

Diante disso, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: O sistema de produção e comercialização do Assentamento Serra do Taquaruçu no município de Palmas/TO atende às necessidades dos produtores rurais assentados?

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

O estudo de caso desenvolvido no Assentamento Serra do Taquaruçu, realizado por meio desta pesquisa, tem por base os objetivos apresentados a seguir:

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar o sistema utilizado pelos produtores rurais do Assentamento Serra do Taquaruçu, no município de Palmas/TO, na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar quais as principais atividades desenvolvidas pelos assentados
- Identificar como são escoados e comercializados os produtos
- Descrever como se organizam os produtores rurais
- Analisar os resultados obtidos na pesquisa.

2 O ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU E A REFORMA AGRÁRIA

A finalidade deste capítulo não é fazer uma descrição cronológica acerca da questão agrária no Brasil, de onde resultou a constituição dos assentamentos rurais na região da Serra do Taquaruçu, pois tornaria a leitura exaustiva.

Objetivamente, trataremos aqui a respeito do pensamento e das discussões que se levantavam sobre a Reforma Agrária. Pode-se verificar analisando a bibliografia de que trata do tema que a construção teórica e política da "questão agrária" no pensamento econômico posterior à Revolução de 30 ocorreu de maneira mais sistemática nos anos 60. (DELGADO, 2001)

A emergência da Reforma Agrária ao debate político se deu pela contribuição dos três centros de reflexão da intelectualidade esquerdista: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). (DELGADO, 2001)

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Autores como Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel, que já desenvolveram diversas pesquisas na área econômica no Brasil, trouxeram para o centro do debate a realidade das comunidades rurais no Brasil e a necessidade de um reconhecimento por parte do poder público de que essa realidade precisaria sofrer fortes mudanças que impedissem uma crise no campo.

Em 1961 Ignácio Rangel lançou o livro "Questão Agrária brasileira". Prado Jr. e Rangel destacaram aspectos distintos daquilo que se viria convencionar à esquerda como cerne da crise agrária, justificadora da Reforma Agrária (PRADO JR., 1962).

Ao problema agrário geral nos termos aí pressupostos, propôs uma estratégia explícita de reforma agrária que continha duas vertentes principais, para atacar simultaneamente as variadas relações de trabalho injustas e também às iniquidades da estrutura agrária: "Trata-se de um lado da extensão da legislação social - trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida, tal como vem sendo praticado de vinte e tantos anos para cá, com relação ao trabalhador urbano da indústria e do comércio" (PRADO JR., 1962, p.89-90).

De outro lado prevê-se a modificação da estrutura da propriedade fundiária no sentido de corrigir a extrema concentração que caracteriza essa propriedade, a fim de proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização de terra em provento próprio" (PRADO JR., 1962).

Segundo Rangel (1961), a crise agrária assim definida comportaria duas ordens de soluções que o autor mais adiante denominaria de soluções aos problemas propriamente agrários ou impropriamente agrários, a saber: a mudança na estrutura agrária, com o fito de criar condições mais próprias para expansão das atividades secundárias e terciárias do complexo rural, e o incremento, alternativo ou concomitante do comércio exterior e da procura urbana de mão-de-obra.

Por sua vez, Prado Jr. (1960) destacou o acentuado dualismo que caracterizava a atividade rural brasileira: de um lado, a que objetivava um produto de alta expressão comercial; do outro, as atividades subsidiárias, sobretudo as que visavam a produção de gêneros de subsistência à população local.

Lembramos que o período sob análise é também uma fase historicamente notável em termos de avanços de alguns direitos sociais, de longa data reivindicados pelos trabalhadores rurais:

- Muda-se a relação jurídica que rege o direito da propriedade fundiária, agora legitimado pela sua função social (Constituição de 1988);
- Universaliza-se os direitos previdenciários estendidos ao "regime de economia familiar";
- Reconfigura-se o espaço rural sob o influxo dos aposentados rurais, dos assentamentos agrários e dos agricultores familiares em nível significativo do ponto de vista do seu impacto social sobre o setor rural.

Falta, contudo, um projeto político que unifique, dê direção e faça avançar essa conquista de direitos sociais, mais além da retórica e dos apelos de marketing, característicos da política oficial.

E que fique claro para todos, que houve também mudança das condições de vida e de trabalho no meio rural, fruto de lutas políticas e sociais pretéritas e atuais. Tais mudanças, ainda não consolidadas, são parte integrante histórica da agenda da "questão agrária brasileira".

2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar e a discussão sobre as políticas públicas para esse segmento só entrou em debate recentemente, a partir dos anos 90 (SCHMITZ e MOTA, 2007; DENARDI, 2001).

Segundo Schmitz e Mota (2007), toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola, como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., deve ser incorporada na agricultura familiar.

O estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar (DENARDI, 2001).

Galvão et al. (2005) afirmam que, na unidade familiar, a produção se apoia no equilíbrio entre o consumo e o trabalho. Isso corresponde a uma microeconomia particular em que o volume de atividade é função direta do número de consumidores familiares e não do número de trabalhadores.

A agricultura familiar vem ganhando espaço e importância na produção de alimentos no Brasil, isso acontece devido às organizações dos pequenos produtores rurais.

Sobre a agricultura familiar, Mattei escreve que:

É neste contexto histórico-estrutural que a agricultura familiar está inserida no processo produtivo. Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2014, p. 73).

Um dos grandes responsáveis pelo crescimento ordenado e planejado da agricultura familiar no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que se tornou um instrumento de desenvolvimento rural no país.

Os investimentos vêm crescendo ano a ano, o Plano Safra da Agricultura Familiar para a temporada 2016/2017 prevê recursos de R\$ 30 bilhões disponíveis para os agricultores por meio do. Em 2015 este valor foi de R\$ 28,9 bilhões.

A agricultura familiar, além da diversificação da produção, ao contrário da

agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO et al., 2009).

Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

Um projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar deve observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares. Isso mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação das regiões ao pensar em desenvolvimento local, enfatizando as preocupações com os aspectos sociais (ABRAMOVAY, 2000 apud TOMASETTO et al., 2009).

Nesse sentido, a organização e a participação dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento local devem buscar distribuição de renda e equidade social e, ao mesmo tempo, promovendo uma relação mais equilibrada com a natureza (TOMASETTO et al., 2009).

Em geral, o agricultor familiar, ao garantir o alimento para sua própria subsistência, dispõe para a venda o excedente de sua produção, mas, como não possui uma estrutura de armazenamento capaz de conservar seus produtos, precisa vender na primeira oportunidade para não perder a produção. Esses produtos comercializados têm grande importância no abastecimento do mercado local, em particular nas feiras livres existentes no território, oferecendo uma grande variedade de produtos aos consumidores urbanos (PTDRS, 2006).

Guanziroli, Buainain e Romeiro (2001), discutiam o assunto da eficiência econômica, técnica e social das unidades de produção de diferentes tamanhos, e mostrava-se, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1996, que as unidades de produção familiares eram mais eficientes no uso do fator terra (R\$ 104 de renda agropecuária líquida por hectare, vis-à-vis R\$ 44 por hectare para as patronais).

A explicação, em termos micro, está dada pelo fato de o fator terra ser o fator mais escasso entre os produtores familiares, que, portanto, o usam mais intensamente. Além disso, os dados revelaram que os agricultores familiares geravam mais emprego por unidade de área que os patronais. Esta assertiva causou

enorme polêmica no Brasil, em seminários e nos meios jornalísticos onde foi anunciada. Este tipo de análise, entretanto, já era bem conhecida e aceita pelos organismos internacionais que lidam com a agricultura e o desenvolvimento rural e que trabalham com dados, para outros países, bastante semelhantes aos publicados no Brasil pelos autores acima citados (FIDA, 2002).

Ou seja, fica claro que os produtores familiares, usando pequenas parcelas de terra, são mais eficientes que os grandes produtores no uso do fator terra e, segundo Griffin (2002), também nos outros fatores. Isto não quer dizer que, do ponto de vista técnico, sejam mais eficientes, já que uma produção dentro de uma área limitada, realizada por um produtor capitalista, com uso de alta tecnologia, geraria, certamente, rendimentos maiores.

Não se pode inferir, tampouco, que os pequenos produtores, por serem mais eficientes, seriam capazes, num curto prazo de tempo, de substituir os patronais na totalidade da produção agropecuária de um país como o Brasil

Para compreender a persistência dos muito pequenos, ou minifundistas, é necessário deixar de lado a visão clássica de desenvolvimento civilizatório e tentar entender melhor a visão dos pequenos agricultores. Podem-se enumerar vários motivos para explicar esta lógica:

- Os bens imateriais: os camponeses se beneficiam de um lazer especial, em sua vida junto à natureza, que dá uma utilidade, não mensurável, à sua permanência.
- Os bens de autoconsumo: o valor da produção de autoconsumo, que poucas vezes é medido, se acrescido efetivamente à renda, pode explicar, em parte, a sobrevivência de produtores que não mostram escala nem renda acima do seu custo de oportunidade de trabalhar fora.
- A moradia: trata-se também de mais um item de renda não incluído entre os benefícios monetários, quando, na realidade, o não pagamento de aluguel pode ter grande significado no incentivo a ficar no lote.
- A possibilidade de realizar atividades rurais não agrícolas fora de sua área, tendo como base sempre seu estabelecimento. Os agricultores familiares, principalmente os mais pobres, sempre acudiram-se de empregos sazonais, ou realizaram atividades artesanais, para compensar a renda insuficiente obtida a partir das atividades agrícolas.
- A posse de uma área, por pequena que seja, permite gerar emprego

para mais de um membro da família, sobretudo para os filhos e filhas que não encontram emprego nas cidades, ou que preferem continuar na vida rural. Trata-se de empregos de baixa produtividade que, nas condições de baixos custos de produção dos países subdesenvolvidos, acabam sendo uma forma de emprego, que disfarça o grande desemprego formal.

- A vida em comunidade que também gera laços de solidariedade não encontrados tão facilmente na vida urbana.
- A valorização intergeracional dos imóveis e da terra. Os agricultores familiares especulam, inconscientemente, com a valorização dos seus ativos (terra) que, como é sabido, são os que têm a maior valorização no longo prazo. Nenhum ativo se valoriza tanto como a terra, que se beneficia também da internalização de externalidades positivas, que emergem com a construção, muitas vezes pelo Estado, de infraestrutura de estradas e outras obras, além da rentabilidade vinda da produção. Passar a fazenda ou o sítio aos seus filhos, em condições de produzir sustentavelmente, e agraciado pelo maior valor, é a maior aspiração do camponês, apesar da baixa rentabilidade monetária no curto prazo.

Produzir na pequena propriedade rural tem sido possível, mesmo em condições adversas. Entretanto um dos grandes entraves para o produtor de pequena escala é a comercialização do excedente de sua produção. Uma das soluções encontradas para minimizar o problema tem sido a verticalização dessa produção.

A verticalização agrega valor ao produto quando o transforma, e tira-o da condição de perecível quando permite ao produtor aguardar a hora adequada para comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita. Essa proposta de trabalho tem transformado o espaço rural brasileiro, ocupado pelos pequenos produtores, em uma nova possibilidade de aumento de sua renda (LACERDA et al., 2007).

2.3 OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Para o leitor que lia a respeito da agricultura familiar no título anterior é interessante traçar uma ponte com os assentamentos, já que estes configuram a formalização da cultura rural dos pequenos agricultores em que se promove a

preservação das formas primárias de produção, atentando-se para o uso racional dos recursos naturais.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é o órgão responsável pelos direcionamentos dos trabalhos voltados para a constituição de assentamentos rurais em todo o país.

O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Conforme o INCRA, os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar.

Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA.

Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Os assentados pagam pela terra que receberam e pelos créditos contratados. Além da distribuição de terras, os assentamentos da reforma agrária dão condições de moradia e de produção familiar e garantem a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social.

O INCRA já criou e reconheceu 9.156 em todo o país. Os assentamentos são criados tão logo o Incra recebe a posse do imóvel adquirido. A criação é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos:

- Projetos de assentamento de reforma agrária criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA); os ambientalmente

diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

- Projetos de assentamentos de reforma agrária reconhecidos pelo INCRA, criados pelas instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

Tabela 1 - Modalidades de Assentamentos

GRUPO I - Modalidades de Projeto criados pelo INCRA atualmente		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.) Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou

Projeto de Assentamento Casulo	PCA	cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicará áreas próprias para implantação dos PAF's. Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; Diferencia-se pela proximidade aos centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.
--------------------------------	-----	---

Fonte: Site oficial do INCRA (atualizado em 2016).

Depois de disponibilizar a terra, o INCRA executa programas e ações integradas para fomentar a produção diversificada nos assentamentos, como forma de garantir aos assentados uma renda a partir da exploração econômica do lote entregue às famílias, de forma que permaneçam na terra com qualidade de vida.

Analisando os relatórios do INCRA identificamos a existência de 379 assentamentos rurais no estado do Tocantins que beneficiam 23.630 famílias e abrangem uma área total de 1.240.660,15 hectares. Na categoria PA são, atualmente, 137 assentamentos distribuídos nos municípios tocantinenses, dos quais cinco são em Palmas. Esses assentamentos ocupam uma área de 316.568,76 hectares que beneficiam 7.197 famílias.

Na página seguinte consta uma figura, cuja imagem foi capturada do site do INCRA, onde fornecem informações sobre os assentamentos no Tocantins.

Figura 1 – Assentamentos no Tocantins

12/12/2016

Painel dos Assentamentos - Incra

Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária

PAINEL DE ASSENTAMENTOS			Data de Atualização
Nº de famílias assentadas		23.563	
Nº de assentamentos		378	21/11/2016
Área de assentamentos (ha)		1.237.077,78	
PAs nos Territórios da Cidadania	Nº de assentamentos	137	
	Nº de famílias assentadas	7.200	21/11/2016
	Área de assentamentos (ha)	316.568,76	
PAs no Semi-Árido	Nº de assentamentos	0	
	Nº de famílias assentadas	0	21/11/2016
	Área de assentamentos (ha)	0,00	
PAs na Amazônia Legal	Nº de assentamentos	378	
	Nº de famílias assentadas	23.563	21/11/2016
	Área de assentamentos (ha)	1.237.077,78	
CADÚnico - Nº de famílias assentadas cadastradas		17.059	
Bolsa Família - Nº de famílias assentadas beneficiadas		9.133	01/04/2016
Renda CAD menor que 77 - Nº de famílias assentadas cadastradas		6.854	
Minha Casa Minha Vida	Nº de famílias beneficiadas	139	01/01/2016
Bolsa Verde	Nº de assentamentos	69	
	Nº de famílias beneficiadas	844	21/11/2016
Crédito Instalação	Apoio Inicial - Nº de famílias beneficiadas	328	
	Fomento Mulher - Nº de famílias beneficiadas	0	24/08/2016
ATER	Nº de assentamentos	0	
	Nº de famílias assentadas	0	24/08/2016
PAA	Nº de assentamentos	200	
	Nº de famílias assentadas	652	31/12/2015

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

1/1

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

1/1

Fonte: Site oficial do INCRA (atualizado em 2016).

O INCRA já criou e reconheceu 9.156 em todo o país. Os assentamentos são criados tão logo o Incra recebe a posse do imóvel adquirido. A criação é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação.

Após a criação, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local, com o pagamento dos primeiros créditos e a realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), responsável pela organização espacial do assentamento. Os procedimentos técnicos administrativos da criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008.

A política de disponibilização de recursos, incentivos e capacitação mantém o assentado na terra e forma empreendedores rurais em sintonia com boas práticas em sustentabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social.

O estado do Tocantins pertence a SR 26 (Superintendência). Como dito anteriormente, o município de Palmas conta atualmente com cinco assentamentos rurais do INCRA. Destes, um é objeto de estudo desta pesquisa científica: o assentamento Serra do Taquaruçu.

Tabela 2 - Assentamentos em Palmas/TO

SR	CÓDIGO	NOME PA	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADS	ÁREA PA	DATA DE CRIAÇÃO
SR 26 - Tocantins	TO0005000	PA SÃO JOÃO	1721000	PALMAS	107	102	4065,0846	15/01/1987
SR 26 - Tocantins	TO0014000	PA SERRA TAQUARUÇU	1721000	PALMAS	25	21	1987,4979	25/04/1988
SR 26 - Tocantins	TO0194000	PA ENTRE RIOS	1721000	PALMAS	107	104	3161,4135	08/12/1999
SR 26 - Tocantins	TO0417000	PA VEREDÃO	1721000	PALMAS	34	27	1260,6899	17/10/2007
SR 26 - Tocantins	TO0432000	PA SITIO	1721000	PALMAS	69	66	2625,9116	01/09/2008

Fonte: Site oficial do INCRA (atualizado em 2016).

Em 25 de janeiro de 1980, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA resolveu arrecadar por meio da Portaria nº 066, como terras devolutas, incorporando ao patrimônio da União, uma área de 84.300,0000 (oitenta e quatro mil e trezentos hectares). Com denominação de Serra do Taquaruçu, situada no então município de Porto Nacional, estado de Goiás, o assentamento foi registrado sob a matrícula nº 2756, livro 2-J, folha 298, no cartório de registro de imóveis de Porto Nacional.

Segundo consta nos arquivos no INCRA, a proposta para criação do Assentamento Serra do Taquaruçu, constituiu-se por meio do relatório nº 22/88, e de uma avaliação técnica de viabilidade para implantação do projeto. A área que abrange o assentamento é de 1.987,4979 ha (um mil, novecentos e oitenta e sete hectares, quarenta e nove ares e setenta e nove centiares).

O relatório ressalta que o objetivo do assentamento era atender as necessidades básicas das famílias de agricultores. Em função dos estudos realizados, a Delegacia regional daquele Estado concebeu um Plano Preliminar de assentamento para 23 (vinte e três) famílias de agricultores. Porém, considerando o módulo de exploração para culturas permanentes previstas para o município de Porto Nacional, o imóvel possui capacidade de suporte para o assentamento de 45 (quarenta e cinco) famílias.

Em vistoria ocupacional realizada na época foi constatada a presença de 16 famílias de agricultores na área explorando o imóvel com culturas de subsistência e criação de gado. E no relatório destaca que o assentamento é para 23 famílias, incluindo as 16 que já ocupavam a área. A criação definitiva do assentamento se deu por meio da Portaria nº 546, de 25 de abril de 1988, do Ministério da Reforma do Desenvolvimento Agrário.

Os estudos sobre os assentamentos geralmente têm concentrado suas preocupações nas questões políticas, dando a maior ênfase à organização dos movimentos em suas diversas fases de luta: luta pela terra, luta pela obtenção de benfeitorias para o assentamento, luta para obter os meios para a produção e comercialização de seus produtos e, muito importante, luta pela obtenção do título de propriedade dos lotes. Porém, este estudo adentra para o campo socioeconômico.

Por mais que esses assentamentos tenham se formalizado para tirar de situação de pobreza muitas famílias, as condições naturais e os projetos de

fomentação estabelecidos como sustentação e desenvolvimento do programa, podem ser capazes depois de um tempo de dar a essas famílias um melhor aproveitamento do excedente agrícola, ampliando a produção para um nível maior do que a princípio se tinha. No título seguinte abordaremos os assentamentos, especialmente o objeto deste trabalho, numa perspectiva socioeconômica.

2.5 ASSENTAMENTOS, SUSTENTABILIDADE E O AGRONEGÓCIO

Os aspectos da vida econômica dos assentamentos, até o início dos anos de 1990, não despertaram muitos interesses, talvez porque nos anos em que os assentamentos surgiam em todas as regiões do país, prevaleceu a convicção de que estas novas estruturas não passavam de remendos sociais, cuja função principal era a de atenuar a miséria crescente no campo e reduzir os fluxos migratórios para as cidades, sem possibilidades de alcançar a menor expressividade no plano econômico.

Em 1992 a FAO financiou uma pesquisa sobre uma amostra de assentamentos em todo o país, buscando traçar um perfil de seu funcionamento econômico e produtivo. O relatório publicado pela FAO em 1994 (PALMEIRA, 1994) concluía que os assentamentos poderiam ser considerados viáveis economicamente.

Os autores da pesquisa argumentavam que, mesmo relativizando as vantagens deste modelo produtivo devido ao fato de que seu baixíssimo nível tecnológico e de mecanização impunha um grande acúmulo de trabalho vivo e obrigava à inserção de todos os membros da família no processo produtivo; mesmo que o nível de produtividade alcançado fosse bastante baixo e que o ritmo de capitalização se demonstrasse muito lento, ainda assim, os assentamentos já seriam uma conquista pelo fato de terem inserido os produtores no mercado.

O argumento mais forte, porém, era o de que os assentamentos são viáveis economicamente porque a renda média de uma família assentada, graças às diversas estratégias implementadas, seria mais alta que a renda média de uma família de trabalhadores rurais na mesma região.

Dados relacionados à economia brasileira apontam que o setor rural é um dos principais responsáveis pelo crescimento do Produto Interno Brasileiro (PIB). A produção de grande escala, conhecida também como agronegócio cresceu em todas as regiões do Brasil.

Lourenço e Lima (2009) chamam o agronegócio também de *agrobusiness*. Segundo Batalha (2002), o agronegócio constitui o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico.

Os referidos autores realizam uma análise interessante quando descrevem que não há distinção no conceito entre agricultura familiar e agronegócio. Para eles uma das partes do conceito de agronegócio trata dos negócios agropecuários propriamente ditos (ou de "dentro da porteira") que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos médios ou grandes produtores, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas).

Como podemos ver na medida que a agricultura está se modernizando, o produto agrícola tem passado a agregar mais e mais serviços, que estão fora da fazenda. O conceito de agronegócio engloba: Fornecedores de bens e serviços para agricultura; Produtos rurais; Processadores; Transformadores e distribuidores; Todos envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao produto final.

Destacando a potencialidade do agronegócio, Silva relata que:

O agronegócio tem grande importância na economia brasileira e mundial, principalmente devido aos vários agentes envolvidos no sistema, que faz com que haja uma sequência de atividades, geradoras de riqueza entre os elos da cadeia. De acordo com o CEPEA, em 2011 o PIB do agronegócio teve participação de 22,74% do total do PIB brasileiro (SILVA, 2012, p. 24).

Em relação à sustentabilidade, que ganha espaço de destaque nas propostas de desenvolvimento discutidas atualmente, a agricultura familiar ligada aos assentamentos rurais tem sido vista como uma opção favorável à sua efetividade. Contudo, é preciso que se pratique o uso racional dos recursos naturais disponíveis e se aproveite melhor as terras de que dispõem os proprietários.

Partindo desse pressuposto, o caráter racional se dar por meio do acesso à informação enquanto que o melhor aproveitamento das áreas agrícolas ocorre considerando-se a adoção de técnicas mais eficientes que resultem em um maior excedente de produção. Esses aprimoramentos estão intrinsecamente relacionados ao agronegócio que visa, dentre outros pontos, a potencialização e otimização dos negócios agrícolas, mostrando que muito tem em comum esses temas tão abordados nas discussões referentes ao espaço rural brasileiro.

Várias entidades internacionais escolhem o desenvolvimento sustentável para indicar a nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE, 1998).

O desenvolvimento sustentável também é entendido como processo em constante mudança quanto à dinâmica dos investimentos, inovações (que devem cumprir demandas atuais e futuras) e exploração dos recursos (SACHS, 1990).

A sustentabilidade, de acordo com SACHS, “constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão”. Para ele, a sustentabilidade tem como base cinco dimensões principais que são as sustentabilidades social, cultural, ecológica, ambiental e econômica (SACHS, 1990, p.237).

A sustentabilidade social está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais (SACHS, 1990).

Já a sustentabilidade econômica está vinculada ao “fluxo constante de inversões públicas e privadas” além da destinação e administração corretas dos recursos naturais (SACHS, 1990, p. 238).

A dimensão sustentabilidade ecológica está vinculada ao uso efetivo dos recursos existentes nos diversos ecossistemas com mínima deterioração ambiental (SACHS, 1990).

A sustentabilidade geográfica está ligada à má distribuição populacional no planeta, sendo “necessário buscar uma configuração rural urbana mais equilibrada”. A sustentabilidade cultural que procuraria a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente (SACHS, 1990, p.239).

A sustentabilidade ambiental permitiria que ecossistemas naturais realizem autodepuração (SACHS, 1990).

A territorial visa à eliminação de disparidades inter-regionais, a destinação igualitária de investimentos públicos e a “conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento”. A sustentabilidade no âmbito das políticas nacionais passaria por “nível razoável de coesão social”, democracia e capacidade institucional do Estado “para implementar o projeto nacional” (SACHS, 1990, p. 239).

Quanto a políticas internacionais a sustentabilidade passaria pela garantia de paz assegurada pelo fortalecimento da ONU, controle do sistema financeiro internacional, verdadeira cooperação científica e diminuição das disparidades sociais norte-sul (SACHS, 2000).

Em se tratando dos assentamentos a questão da sustentabilidade desperta para um desenvolvimento não somente ambiental, mas engloba outros setores importantes, como o da socioeconômica, por exemplo.

As áreas de assentamento são criadas exatamente para solucionar as “crises” no campo e procuram estabelecer um programa que atenda às necessidades dos trabalhadores rurais, transferindo para eles áreas de terra usadas para o sustento de suas famílias e também oportunidade de ampliar as suas produções, conduzindo-os para um sistema agrícola integrando-os ao desenvolvimento sustentável do país.

Os sistemas agrícolas se distinguem a partir do tamanho da área cultivada e do índice de produtividade alcançado. Quando falamos em sistemas agrícolas, nos referimos à agricultura, que se apresenta de duas formas: agricultura intensiva e agricultura extensiva. Uma forma de tentar conhecer o grau de sustentabilidade de sistemas agrícolas está na delimitação de parâmetros e indicadores sobre sua realidade (MARZALL, 1999).

Os parâmetros são entendidos neste estudo como “aspectos estruturadores do conjunto da vida social e da natureza” e os indicadores como “evidenciadores da capacidade de sobrevivência e reprodução do pequeno produtor rural nas comunidades estudadas” (MARZALL, 1999, s.p).

Neste sentido, o financiamento agrícola, por exemplo, seria parâmetro e o acesso dos produtores a este financiamento indicador. Os indicadores serão todos os itens quantificadores ou qualificadores desses parâmetros, por exemplo, o número de espécies cultivadas, acesso dos moradores à água ou tipos de insumos utilizados.

Assim o indicador consiste numa quantificação do parâmetro. O conhecimento, a análise e a definição de parâmetros e indicadores estão diretamente ligado ao conceito de sustentabilidade e ao considerar diferentes escalas no mesmo sistema o enfoque sistêmico mostra-se essencial neste estudo.

Os estudos sistêmicos de Christofolletti (1979) com suas relações, atributos e variáveis são elementos que podem ser parâmetros ou indicadores de sustentabilidade para os sistemas estudados.

De acordo com este enfoque, o número de moradores, a idade, a escolaridade, uso de energia, espécies cultivadas, produtividade, área utilizada do estabelecimento, formas de aquisição, moradia, podem ser considerados como sendo atributos/parâmetros ou variáveis/indicadores.

Em princípio, a existência de parâmetro ou indicador no sistema não é, em si, fator suficiente para defini-lo como sustentável ou não sustentável. É necessário relativizá-lo em contexto mais abrangente, qualificando sua relevância e suas interações, sendo para isso forçoso conhecer o conjunto de elementos do objeto estudado.

Silva e Ximenes (2007) relatam no artigo “Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos no sudeste paraense” sobre a importância do projeto de reforma agrária para a diversificação de cultivos e desenvolvimento de projetos sustentáveis e alerta sobre a falta de políticas públicas que ofereçam condições para o desenvolvimento destas unidades.

Os assentamentos da reforma agrária se oferecem atualmente como um dos principais espaços rurais de reprodução da agricultura familiar no país. Somente no Território dos Assentamentos do Sudeste Paraense, atualmente, são contabilizados, 466 projetos de assentamento criados, a maioria deles, a partir do ano de 1995. Neste território, em que pese à diversificação dos sistemas produtivos observada, persiste a tendência de sistemas de pecuária como base de sustentação econômica das famílias. A expansão deste sistema tem se dado às custas do uso dos estoques de áreas de florestas remanescentes e com o tempo, invariavelmente, tem trazido dificuldades à manutenção de outros sistemas produtivos nas áreas utilizadas (SILVA; XIMENES, 2007, p.2)

Defendendo o agronegócio do ponto de vista da sustentabilidade, Silva pontua que:

A sustentabilidade no agronegócio é bastante evidente na agricultura, principalmente pela dimensão ambiental. De acordo com Giordano (2005, p. 256), “as atividades agrícolas são reconhecidamente causadoras de problemas ao meio ambiente”. Assim, iniciativas que busquem a produção agrícola de forma sustentável, são bem-vindas, para que sejam minimizados os problemas enfrentados pelos produtores, principalmente quanto à colocação dos produtos no mercado, seja por logística, custos ou escala. No agronegócio, como sistema composto de empresas/organizações, a aplicação do conceito torna-se mais evidente em seu aspecto ambiental, principalmente pela degradação do ambiente, mas questões como lucro e justiça social não podem ser desconsideradas. (SILVA, 2012 p. 29)

Dalmora et al (2012) em estudo sobre sistema de produção em assentamentos no estado de Sergipe diz que: “A consolidação da condição do” agricultor familiar assentado depende da definição de projetos produtivos viáveis para as condições agroecológicas disponíveis, dedicação ao trabalho dos membros da família, organização frente ao mercado e subsídios para os investimentos iniciais. Estes enfrentamentos são desafios mais facilmente superados com o apoio dos agentes

de desenvolvimento que se posicionam de modo a realizar uma ação participativa, que prima pela autonomia e a organização ativa dos assentados.

Estas duas análises reforçam a importância desta pesquisa como uma ferramenta de estudo e diagnóstico da realidade local, servindo ainda como instrumento para tomadas de decisões por parte da organização dos agricultores familiares do assentamento.

Na agricultura familiar prevalece o sistema de produção onde a mão de obra é compartilhada entre os membros da família. Assim, a geração de renda é também dividida no núcleo familiar. Sobre este assunto, Piccin (2012, p.115) escreve que “é com a força de trabalho potencial do grupo familiar que o agricultor-assentado fundamentalmente organiza as atividades produtivas em seu lote”.

Já Mattei dá destaque à importância econômica dos assentamentos:

A política de desenvolvimento dos territórios rurais que vem sendo oficialmente implementada no Brasil desde 2003 tem como fatores motivadores o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do país; a necessidade premente de combater todos os tipos de desigualdades; e o papel fundamental do sistema familiar de produção e da reforma agrária na geração de produção, emprego e renda, bem como na própria dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais. (MATTEI, 2014, p. 75)

O estudo bibliográfico realizado neste capítulo permite inferir que a agricultura familiar é um elemento necessário, embora não exclusivo, para o desenvolvimento econômico mais sustentável de um município. Percebe-se que há espaço para a agricultura familiar em municípios onde o agronegócio predomina, especialmente naqueles onde foram constituídos assentamentos rurais, e o potencial produtivo desses agricultores não seja muito menor do que a dos demais agricultores.

Os produtores familiares podem atuar de forma significativa na economia do município, atendendo principalmente à demanda de produtos da alimentação diária, mas isso depende do apoio e da implementação de políticas públicas do próprio município já que os programas governamentais atuais, apesar de importantes, têm intervenção limitada e não alteram de forma significativa a situação do pequeno produtor, a própria análise feita no assentamento Serra do Taquaruçu, objeto de estudo desta pesquisa, conclui isso.

3 TIPOS E MÉTODOS DA PESQUISA

Para a realização deste trabalho foram utilizadas as pesquisas qualitativa e quantitativa. Segundo Dalfovo (2008) quanto à abordagem do problema é:

a) quantitativa – tudo que pode ser mensurado em números, classificados e analisados, utiliza-se de técnicas estatísticas;

b) qualitativa – não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

Em síntese, Para a pesquisa bibliográfica sobre o tema, foram feitas leituras com fichamento de artigos científicos, revistas, publicações, sites e livros relacionados à pesquisa em questão.

3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Realizou-se, nesse sentido, uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve:

a) Levantamento bibliográfico;

b) Entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;

c) Análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007).

Por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, o presente trabalho abordou os temas que se relacionam com caso. Com isso, abordou-se acerca dos pensamentos e ideias em torno da reforma agrária de onde surgiram os projetos de assentamentos rurais, bem como acerca da sustentabilidade e do agronegócio.

Na coleta de dados foi utilizado o método de entrevista por meio de questionário que foram elaborados e aplicados de maneira direta com os agricultores, sendo que as perguntas foram feitas pela pesquisadora e anotadas conforme opções e respostas dos entrevistados. O modelo do questionário aplicado consta no Anexo II.

Na amostra foram aplicados 8 questionários num universo de 21 assentados, o que representa 38% de todos os agricultores do assentamento.

Após a aplicação os dados foram organizados em tabelas e anotações das informações de cunho qualitativo. Com os dados compilados calculou-se porcentagem para chegar aos resultados.

3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Foram levantados dados por meio de estudo de caso, com pesquisa *in loco* que buscava – baseada em documentos oficiais e usando como método principal a entrevista – conhecer a realidade econômica dos assentados, identificando seus meios de produção, os produtos que comercializavam ou não, dentre outras questões importantes para se alcanças os objetivos previstos.

Segundo Yin (2005), o uso do estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor assevera que o estudo de caso é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Gil (2009) ressalta que o conceito de caso ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

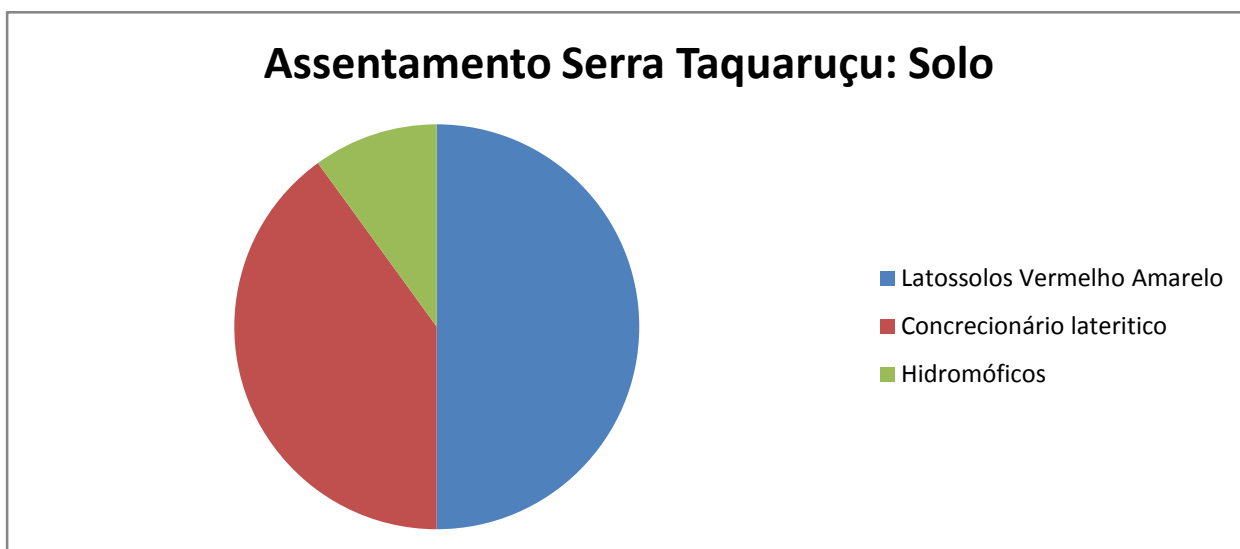
4.1 CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU

O assentamento Serra do Taquaruçu localiza-se no distrito de Taquaruçu, distante 55 quilômetros da cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins. De acordo com o relatório do INCRA possui uma área total de 1.192,4979 ha (mil cento e noventa e dois hectares, quarenta e nove ares e setenta e nove centiares).

4.1.1 Características geográficas

O solo do assentamento é classificado como; 50% latossolos vermelho amarelo, 40% concrecionário laterítico e 10% de hidromorficos, conforme gráfico.

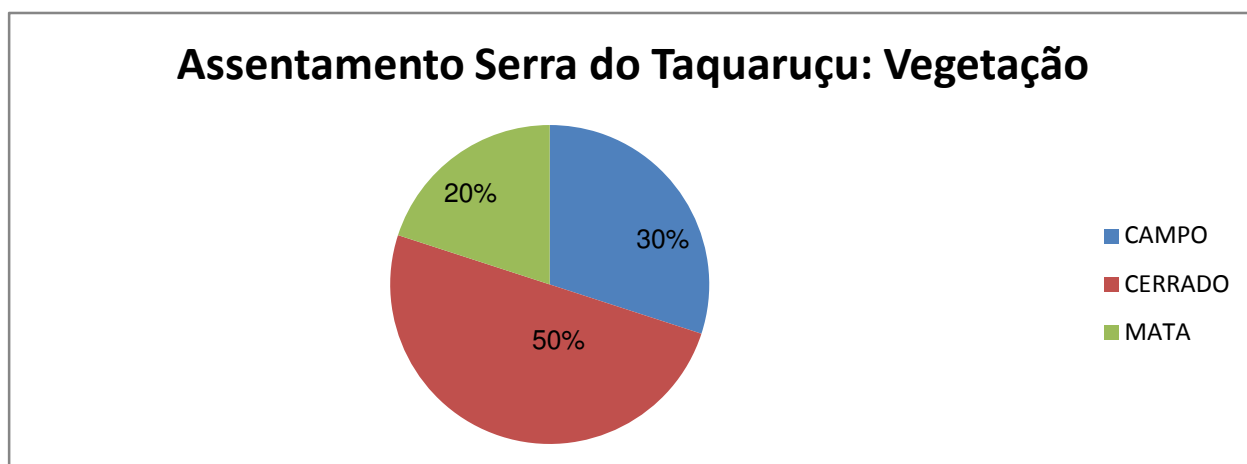
Gráfico 1 – Assentamento Serra do Taquaruçu: Tipos de solo



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

A área do assentamento é formada com 30% de campo, 50% de cerrado e 20% de mata, como determinado no gráfico a seguir.

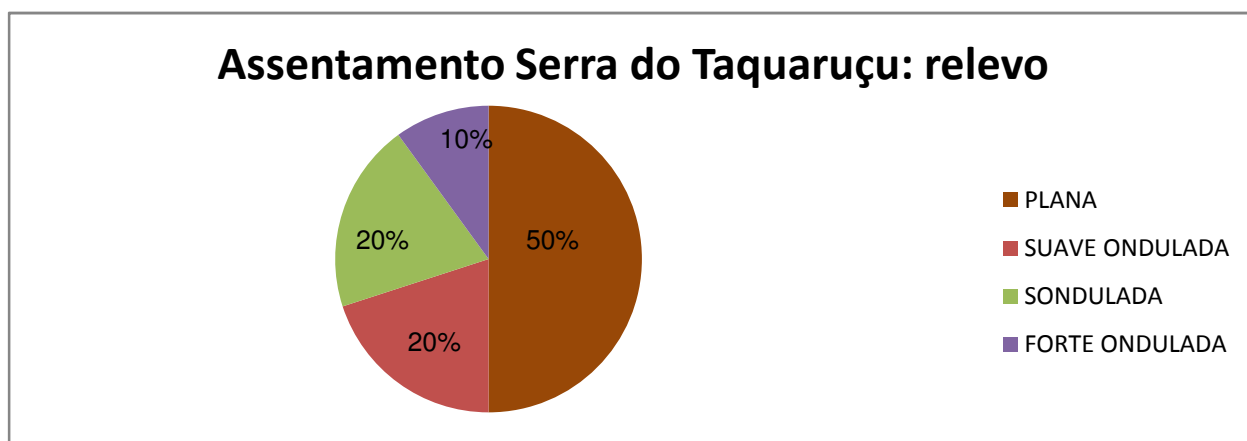
Gráfico 1 – Assentamento Serra do Taquaruçu: Tipos de vegetação



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

As características do relevo estão assim definidas: 50% plana, 20% suave ondulada, 20% ondulada e 10% forte ondulada. O assentamento é ainda banhado pelos córregos Campeira, Estiva e Pedra.

Gráfico 2 – Assentamento Serra do Taquaruçu: Tipos de Relevo



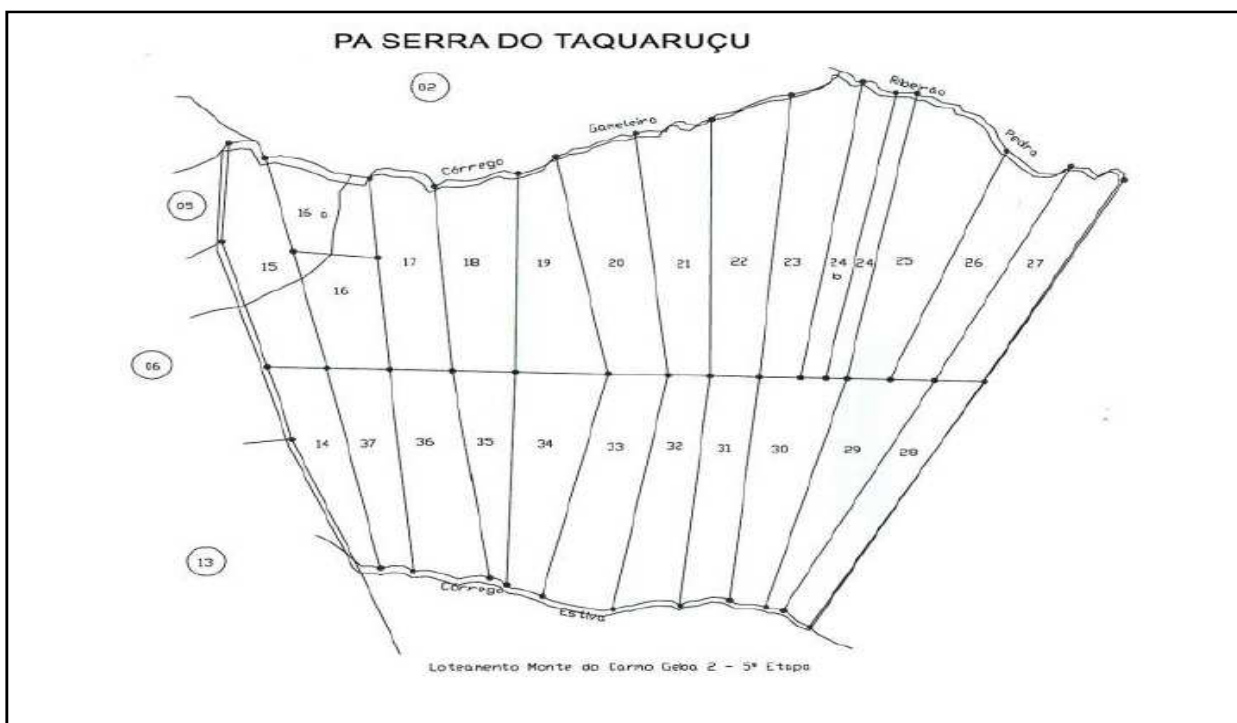
Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

O clima predominante é o tropical úmido, com duas estações definidas, sendo chuvosa no verão e seca no inverno. O período de chuvas compreende entre os meses de outubro a abril. A temperatura média é de 24°C, com máxima de 35° C e mínima de 15° C.

4.1.2 Condições atuais do assentamento

O Projeto do Assentamento Serra do Taquaruçu possui segundo dados do INCRA, 21 famílias assentadas com um parcelamento médio de 70 hectares cada. Porém, no mapa fornecido pelo órgão existem 26 lotes, conforme figura abaixo. Nem todos os lotes foram ocupados por famílias, segundo dados do relatório. A pesquisa não identificou os motivos da área ainda não ter sido disponibilizada para a reforma agrária.

Figura 2 - Loteamento Serra do Taquaruçu



Fonte: Relatório INCRA (1988).

Em relação ao tamanho dos lotes, na coleta de dados foi informado o maior lote com 111 hectares e o menor com 48 hectares, numa média geral de 68 hectares entre os envolvidos no levantamento.

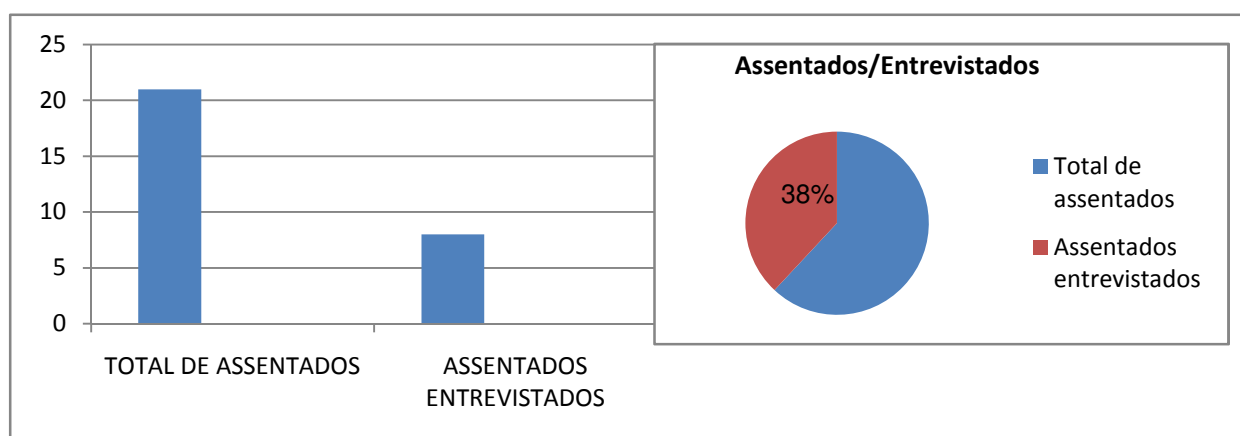
O acesso ao assentamento se dá pela rodovia TO-030, sentido Santa Tereza que é pavimentada e está em bom estado de conservação. Já no assentamento o acesso aos lotes se dá por meio de estradas vicinais, que estão em estado regular de conservação.

A comunidade dos agricultores se organiza em associação, sendo que a Associação dos Agricultores do PA Serra do Taquaruçu foi fundada em 1988, e possui reconhecimento de utilidade pública do município de Palmas.

4.2 COLETA DE DADOS

Foram entrevistadas oito famílias do Projeto de Assentamento Serra do Taquaruçu, num universo de 21 famílias segundo dados informados pelo INCRA. Destes, 25% foram mulheres e 75% homens. Este universo da pesquisa representa 38% dos assentados.

Gráfico 3 - Amostra da Pesquisa no Assentamento

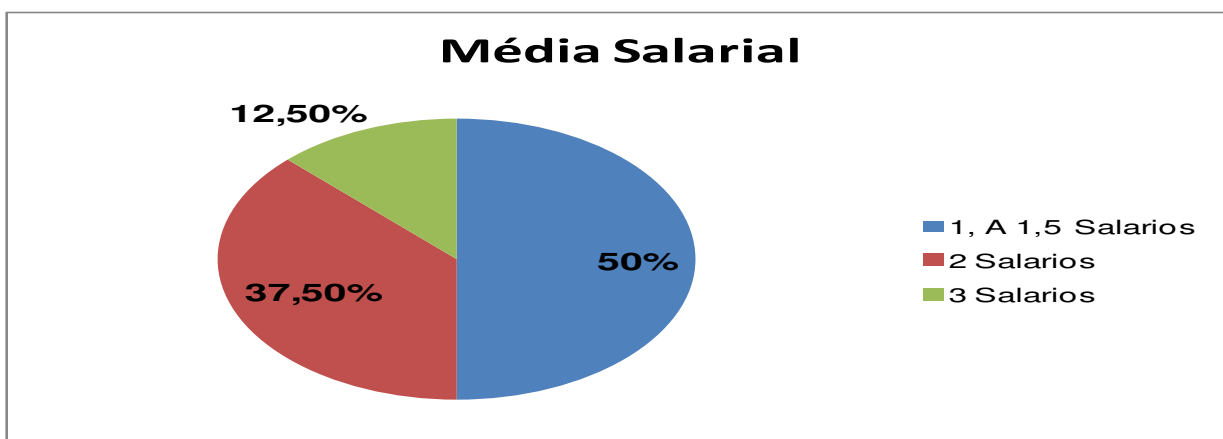


Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

Em relação ao tempo de residência nas propriedades, 50% informaram que residem há mais de 25 anos, enquanto os demais responderam que está entre dois e seis anos, isso prova que houve uma grande mudança no comando dos lotes nos últimos anos.

A média de pessoas que residem no imóvel é de três habitantes por família, sendo este, o mesmo número daqueles que contribuem com a mão de obra no lote para o sustento da família e comercialização dos produtos.

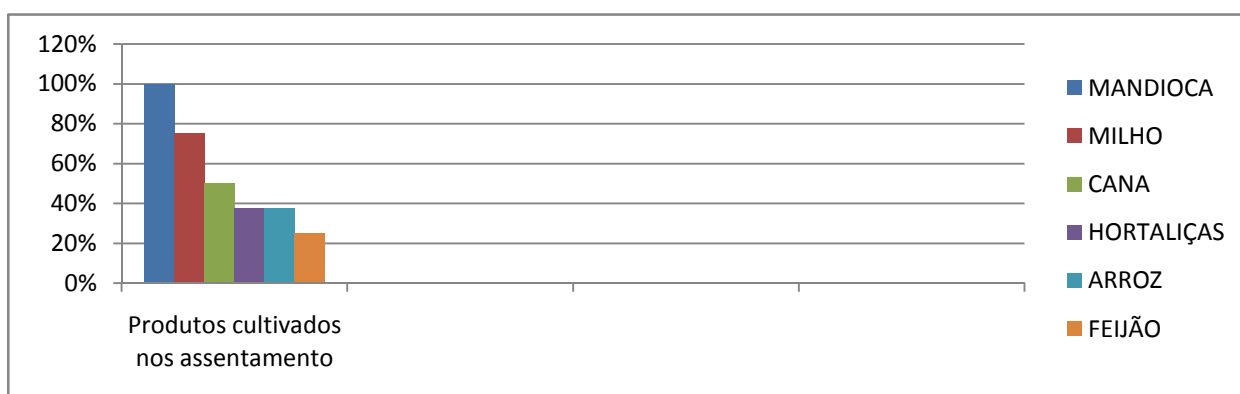
A renda mensal dos assentados varia de 1 a 3 salários mínimos, sendo que 50% dos entrevistados possuem renda de 1 a 1,5 salários, 37,5% disseram ter renda de 2 salários e 12,5% possui renda de 3 salários.

Gráfico 4 - Média salarial dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

4.3 O ASSENTAMENTO SERRA DO TAQUARUÇU E SUA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Esta pesquisa busca compreender os tipos de culturas produzidas pelos moradores do assentamento Serra do Taquaruçu. Através da pesquisa de campo realizada *in loco*, foi possível observar diversos produtos alimentícios que são cultivados naquele local, tais como a mandioca, que é o principal produto do assentamento, sendo cultivada por 100%, dos assentados. Em seguida vem o milho com 75%, cana 50%, hortaliças e arroz com 37,5% e feijão com 25%. Foram também citadas frutas como: laranja, banana, jaca e caju, além do plantio de capim.

Gráfico 5 - Produtos cultivados no assentamento

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

Sobre a criação de animais, o que prevalece no assentamento é a criação de aves (galinha caipira, etc.) e suínos, todos os entrevistados disseram que criam as

espécies. Em segundo lugar vem bovinocultura com 87,5% e um dos entrevistados relatou que desenvolve criação de ovinocultura.

Em outro questionamento direcionado sobre diversos produtos e o quantitativo desta produção, os entrevistados relataram que produzem milho, arroz, mandioca, hortaliças, frutas cítricas, banana, batata doce e feijão. Também afirmam que criam porcos, galinhas e utilizam a produção do leite para fazerem queijos, requeijão e doces, e produção de mel, porém, não sabem quantificar o tamanho desta produção. Apenas um produtor relatou que produz uma média de 40 litros de leite diário.

Destaca-se que houve grande dificuldade para os entrevistados em responder sobre a quantidade da produção. Percebe-se que não há uma preocupação em mensurar o tamanho da produção para saber o quanto é comercializado e o quanto é de subsistência. É possível acreditar que os assentados não foram orientados em relação a isso. É necessário um estudo mais detalhado das potencialidades locais e acompanhamento técnico para melhor gerenciamento da produção.

Uma das primeiras dificuldades ao se estudar um assentamento situa-se em como mensurar a produção. A primeira indagação que surge é o que considerar como produção para autoconsumo.

Para Garcia Filho (1999), o auto abastecimento alimentar envolve a produção produzida e consumida pela família: alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou para fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais, etc.

Já Leite (2004) considera à fração da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela resultante de produtos primários beneficiados) produzida em um estabelecimento familiar e destinada ao consumo da família, dos responsáveis, à alimentação animal e outros usos da atividade produtiva.

As famílias pesquisadas, embora produzam com excedente, não souberam reduzir em números o que produzem.

4.4 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Segundo Oliveira e Mazzini (2010), a comercialização é considerada uma barreira para o desenvolvimento e estabilidade dos pequenos produtores rurais, sobretudo os camponeses entendidos aqui como assentados pela reforma agrária e com atividade classificada como agricultura familiar. O autor enfatiza que a

materialização da agricultura familiar como categoria produtiva atende a imperativos de enquadramento no conjunto de programas governamentais pertinentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Entretanto, o PRONAF não consegue alcançar toda demanda e complexidades sociais e políticas locais dos beneficiários, mesmo que essa política governamental busque estimular a constituição de “um agente social em gestação, capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos criados para reafirmar outros processos de modernização social” (NEVES, *apud* OLIVEIRA; MAZZINI, 2010, p. 2).

Sobre a destinação dos produtos produzidos nos imóveis, 75% disseram que produzem para a subsistência e 25% dos entrevistados consomem e comercializam o excedente. Perguntados se a produção atende à demanda familiar, 75% responderam que sim e 25% disseram que não atende.

Perguntados sobre a origem dos alimentos consumidos no dia a dia, 37,5% disseram que o que consomem são produzidos na propriedade e 62,5% admitem que comprem os produtos alimentícios em supermercados e feiras.

Dos que comercializam a produção, 12,5% afirma que vendem seus produtos em supermercados e 87,5% faz venda direta para o consumidor. O fato da comercialização diretamente ao consumidor ou ao varejo constituir-se em um incremento na renda para as famílias, nem sempre é sinônimo de estabilidade, pois a forma precária e informal em que normalmente é realizada essa comercialização deixa muitas despesas sem a devida observância.

Deste modo, a ausência de práticas associativas mais eficientes quanto a englobar todos os aspectos relacionados à produção e a comercialização reduzem a renda dos assentados.

Em relação ao retorno financeiro, 50% disseram que a mandioca é o produto que oferece o maior rendimento, em seguida vem a comercialização de suínos, feijão, leite, milho, frango e carneiro.

A pesquisa quis saber ainda sobre como é feita a comercialização do leite, e 50% disseram que vendem diretamente para o consumidor. Os outros 50% são processados em queijo, manteiga e requeijão. Estes derivados são comercializados em sua maioria 25% direto para o consumidor, seguido por supermercados e feiras.

Embora não seja objeto desta pesquisa é importante observar que o processamento do leite é feito de maneira artesanal, por isso, não se averiguou as condições higiênico-sanitárias e nem inspeção.

O segundo maior tipo de criação de animais feito pelos produtores rurais do assentamento, os bovinos, também são importantes fontes de renda no assentamento. Quando são comercializados, 62,5% afirmam que a venda é feita por intermédio de um atravessador, 12,5% dizem que vendem em leilões. Existe também o comércio de troca de animais um pelo o outro ou de animais por produtos entre os assentados.

De acordo com Neves (2008), as principais causas que levam os assentados continuarem utilizando a venda para os atravessadores e/ou intermediários são a falta de tempo e habilidades para conduzir o processo mais direto de comercialização como a venda direta no varejo, a venda porta a porta, nas feiras livres e também a falta de estrutura adequada para a logística dos produtos da área produtora até os centros consumidores.

Para Neves (2008), as dificuldades não são reduzidas por que os representantes de entidades e órgãos governamentais, responsáveis por colocar em prática os programas fomentados pelas políticas públicas para a agricultura campesina não conseguem internalizar no bojo dos assentamentos o conceito de associativismo.

Tabela 3 - Atividades Econômicas no Assentamento Serra do Taquaruçu

Sobre a comercialização dos produtos	Entrevistados
Produzem para a subsistência	75%
Consumem e comercializam o excedente.	25%
A produção atende à demanda familiar	75%
A produção não atende à demanda familiar	25%
Consumem alimentos produzidos na propriedade	37,5%
Compram os produtos alimentícios em supermercados e feiras	62,5%
Vendem seus produtos em supermercados	12,5%
Fazem venda direta para o consumidor	87,5%
Mandioca é o produto que oferece o maior rendimento	50%
Vendem leite diretamente para o consumidor	50%
Transformam o leite em queijo, manteiga e requeijão	50%
Vende derivados do leite direto ao consumidor	25%
Vende derivados do leite em supermercados e feiras	75%
Comercializam bovinos diretamente com o consumidor	62,5%
Comercializam bovinos em leilões	12,5%

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

Analisando as informações coletadas nas entrevistas, pode-se inferir que no assentamento ainda é pouca a comercialização do excedente e que os assentados ainda dependem muito dos produtos, mesmo os básicos, comercializados nos supermercados e feiras.

De fato a comercialização é uma fragilidade dos pequenos agricultores, pois fatores como rendimento por unidade (produtividade), precária qualidade do produto, logística de distribuição (estradas e distâncias), eletrificação, abastecimento e qualidade de água, armazenamento, maior ou menor eficiência de grupos (associações ou cooperativas), impactam diretamente nas condições e possibilidades de abertura de mercado para os produtos.

A dinâmica de comercialização é difícil porque procura unir interesses antagônicos de consumidores e dos produtores. Para homogeneizar esses interesses há alguns princípios a observar, como por exemplo, conhecimento do mercado, planejamento e diversidade da produção.

Tudo isso deve ser observado, assim como administrar os demais fatores internos e externos que impactam no processo de compra e venda, tendo em vista a estratégia adotada pelo agricultor. São fatores internos: baixa agregação de valor falta de conhecimento do mercado, produção escala e frequência de produção. Já os externos destacam-se quanto a política agrícola atual que contempla commodities para exportação, contraditória com a política voltada para a agricultura familiar; falta de regras e normas justas e transparentes para o comércio, e acesso à informação (OLIVEIRA; MAZZINI, 2010).

Por fim, pode-se dizer que o encontro desses fatores torna a produção familiar frágil na cadeia produtiva e cria uma condição de desvantagem ao produtor quanto à comercialização, tornando a relação de compra e venda uma variável de conflitos e insatisfações (OLIVEIRA; MAZZINI, 2010).

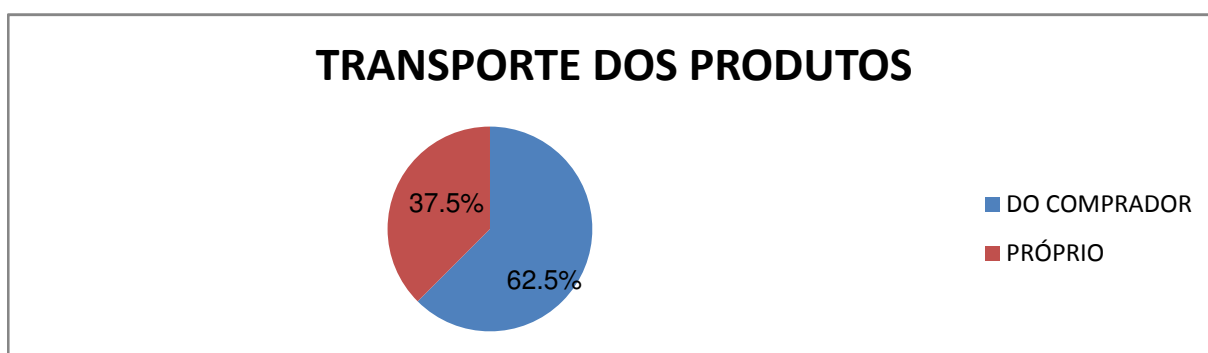
Para que o pequeno produtor obtenha mais renda é necessário que ele assuma, diante do mercado, outras funções, agregue valor ao seu produto ao controlar o processamento e a distribuição da produção (ASSUMPÇÃO, 2006).

4.5 ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Sobre escoamento da produção 62,5% disseram que os produtos são retirados da propriedade pelos próprios compradores e 37,5% utilizam transporte próprio para movimentar a produção.

Percebe-se que há ainda uma certa dificuldade em relação ao acesso a meios de transporte no escoamento da produção, o que pode ser um fator negativo, já que a comercialização passa a se concentrar na própria comunidade, com fluxo reduzido.

Gráfico 6 - Transporte dos produtos



Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2016).

4.6 PRODUÇÃO AGRÍCOLA: USO DE AGROTÓXICOS E A PRODUÇÃO ORGÂNICA

A pesquisa investigou também sobre o manuseio de agrotóxico nas produções agrícolas. Nesse sentido, os mesmos foram questionados sobre o uso de agrotóxicos na produção de vegetais e hortaliças. Dos entrevistados, 37,5% admitiram utilizá-los, porém não souberam informar o nome dos mesmos. Em outro momento, um agricultor informou fazer uma mistura de água sanitária, fumo e detergente como forma de combate a pragas.

Essa informação de uso destes produtos é um perigo para a saúde humana, uma vez que não há recomendação de uso dos mesmos para lavouras e hortaliças. Isso mostra que ainda há falta de informação e de acompanhamento técnico aos produtores rurais.

Com relação à produção de orgânicos, cerca de 50% dos entrevistados dizem que seus produtos são orgânicos, pois “produtos orgânicos agregam valores aos preços e trazem mais benefícios a saúde”.

4.7 ASPECTOS SOCIAIS: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Em relação à organização social dos assentados, a pesquisa constatou que há uma grande participação dos agricultores na associação local, com índice de 87,5% este dado confirma a tese de troca de informações entre os produtores rurais.

Inclusive a troca de informação com vizinhos é o meio mais utilizado pelos assentados para obter conhecimentos sobre plantio, criação e comercialização dos produtos, neste quesito estão 62,5% dos agricultores. Outros 25% informaram que recebe orientação de governos (município e estado) e 12,5% dos 25% que dizem receber assistência técnica de órgãos públicos, citam que esta assistência vem da prefeitura de Palmas e o Ruraltins. Dos entrevistados, 12,5% não possuem fontes determinadas de orientação.

Percebe-se que, embora a maior parte dos entrevistados participe da associação local, os dados mostram que eles ainda dependem, em sua grande maioria, do auxílio dos vizinhos para adquirir informações sobre plantios, criação e comercialização. Mesmo se tratando de assentamento rural, não se identificou nenhuma política pública efetiva que suprisse as famílias de orientações a respeito do maior aproveitamento econômico dos lotes de terra.

No que se refere ao público beneficiário das políticas agrárias, constata-se que as reivindicações por um serviço específico às famílias assentadas na zona rural brasileira já vinham sendo debatida desde a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985 (CAPORAL, 1998; MUCHAGATA, 2003).

Naquela época, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) tomou a iniciativa de contratar profissionais para formar equipes especiais dentro dos escritórios das empresas estaduais de ATER (EMATER's) para o atendimento exclusivo dos assentamentos, estabelecendo objetivos, diretrizes de atuação e metodologias de trabalho distintas daquelas que vigoraram durante o período da modernização técnica da agricultura brasileira (CAPORAL, 1998; MUCHAGATA, 2003).

A manutenção dessas equipes especiais teve curta duração, cujos trabalhos foram encerrados em face ao malogro das ações previstas no I PNRA e pela extinção da EMBRATER durante o governo Fernando Collor de Melo, em 1990 (CAPORAL, 1998; MUCHAGATA, 2003).

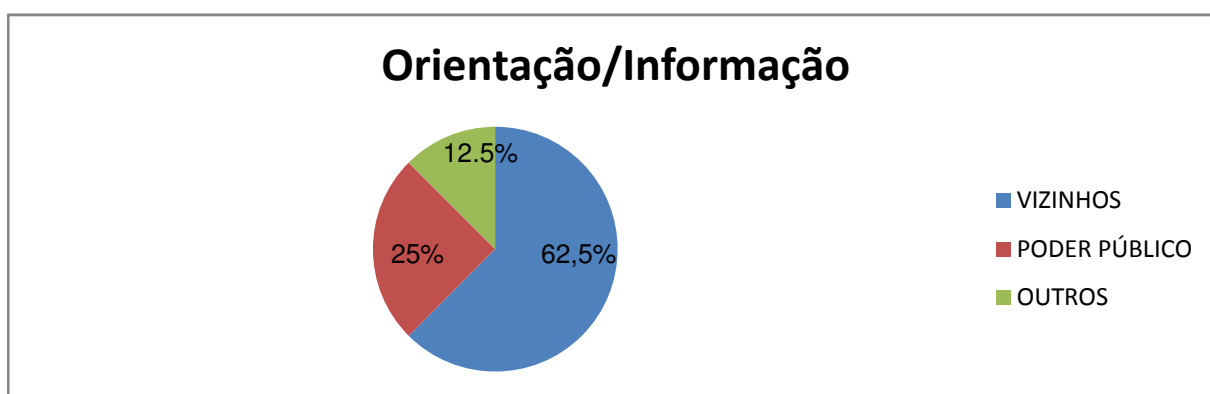
Segundo Ros e Piccin (2012), o primeiro projeto de EMATER específico aos assentamentos de reforma agrária foi criado pelo INCRA, em 1997. Tratava-se do

projeto Lumiar que tinha como propósito promover a terceirização e descentralização da assistência técnica nos assentamentos rurais, de tal modo que as organizações dos agricultores assentados pudessem contratar os serviços de ATER junto às organizações públicas e privadas, credenciadas para tal.

A despeito das inovações institucionais, conceituais e metodológicas presentes no projeto e da rica experiência desenvolvida pelas suas equipes técnicas, o INCRA resolveu interrompê-lo no ano de 2000, abortando uma série de iniciativas que estavam sendo desenvolvidas pelo país afora.

No assentamento Serra do Taquaruçu, esta pesquisa não obteve informações acerca desse projeto, se ele chegou ou não a ser implantado.

Gráfico 7 – Formas de aquisição de orientação técnica



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

Na coleta de dados observou-se que 50% dos pequenos agricultores já realizaram algum tipo de financiamento em bancos públicos para investir na propriedade, destes 75% buscaram o Banco da Amazônia e 25% o Banco do Brasil.

O principal programa voltado para a agricultura familiar, o Pronaf, é utilizado por apenas 25% dos produtores, e destes que fazem uso do programa, informaram que o recurso foi usado para aquisição de ração, construção de cerca, curral e ampliação de pastagem.

Segundo o BACEN, Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinado a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Os entrevistados participantes não tiveram nada além do crédito concedido pelo banco, ou seja, não tiveram acompanhamento de profissionais nem contaram com informações de como procederem nos investimentos.

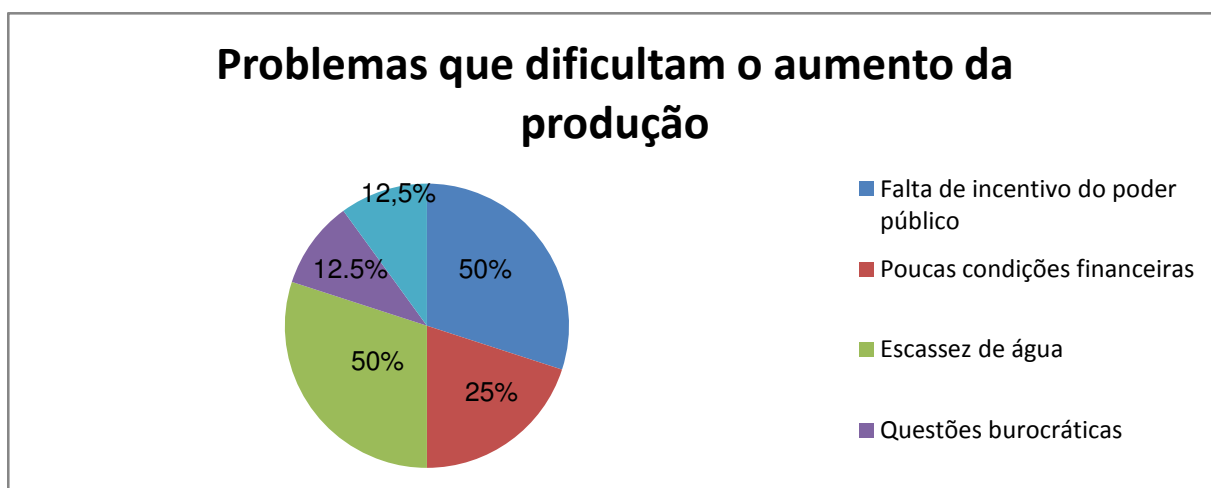
4.8 PRINCIPAIS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Questionados sobre a perspectiva de desenvolver novos projetos de agricultura familiar, 75% responderam que desejam desenvolver algum outro projeto para melhorar a renda. E dos que disseram sim, citaram a piscicultura, hortaliças, bovinocultura e a produção de cana como os principais projetos.

Sobre os maiores problemas apontados pelos agricultores do assentamento que impedem o aumento da produção, os agricultores poderiam responder mais de uma opção, ficando como principal problema, a falta de apoio do poder público seguido por falta de água, problemas burocráticos, assistência técnica e recursos financeiros.

O que chama atenção na resposta é o fato de que itens como recursos financeiros e a assistência técnica são as últimas opções citadas pelos agricultores, sendo que estes pontos são relevantes, agregados a um planejamento.

Gráfico 8 - Problemas que dificultam o aumento da produção no assentamento



Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2016).

E sobre as maiores dificuldades encontradas por eles para a comercialização dos produtos citaram, o meio de transporte em primeiro lugar, seguido por falta de mercado para comercialização e conhecimento técnico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assentamento Serra do Taquaruçu tem procurado aumentar sua produção para suprir a demanda da cidade com aquisição de financiamentos para compra de equipamentos agrícolas (ainda que latente) que garantam maior agilidade no preparo das áreas de plantio, equipamentos de beneficiamento, entre outros, visando a um maior aproveitamento da área existente. Isso influenciou o aumento da renda familiar.

Todavia esses aumentos da produção agrícola estão geralmente ligados a um avanço preocupante do desmatamento nos estabelecimentos familiares, a utilização intensiva do solo leva ao rápido esgotamento dos nutrientes, diminuindo a produção. Como a reprodução econômico-social das famílias é baseada na agricultura de corte e queima, continuando nesse ritmo de desmatamento, o sistema entrará em crise, com o esgotamento dos recursos florestais.

Outro agravante é a iminente escassez de água sofrida na localidade. Atualmente, já se faz necessária a escavação de poços para suprir a carência de água em muitos lotes, mas nem todos os assentados possuem condições financeiras para tal. A escavação de poços artesianos, dentro dos limites ambientais, é uma maneira de resolver esse problema.

A dificuldade de comercialização encontrada pelos pequenos produtores na Serra do Taquaruçu constitui-se um dos maiores desestímulos à produção agrícola regional. Isso porque, no assentamento, cuja vila de moradores fica a 55 km da cidade de Palmas, os 10 quilômetros que o liga a TO 010 não possuem asfalto e há pouca manutenção por parte do poder público, inviabilizando o acesso, especialmente no período chuvoso.

A infraestrutura (estrada asfaltada), ou ao menos a regular manutenção da via de acesso ao assentamento, possibilitaria aos agricultores comercializarem seus produtos nas feiras livres da capital que ocorrem periodicamente em vários setores da cidade, resultando em ótimas oportunidades de negócio e consequente aumento da renda familiar. Atualmente, poucos assentados comercializam em feiras, o que se considera um ponto muito negativo, pois a atividade feirante é bastante comum na região.

O assentamento apresenta, portanto, potencialidades para o desenvolvimento local, mas ainda não produz de tal forma que venha a atingir toda a demanda

possível. Analisando os dados coletados, infere-se que as riquezas geradas pelos assentados são parcas se considerarmos o seu potencial agrícola. Além disso, a prática da agricultura de corte e queima pelos agricultores gera o desflorestamento acelerado dos lotes e compromete a reprodução socioeconômica das famílias.

A floresta representa uma reserva de nutrientes importante para o cultivo das roças e, futuramente, o esgotamento do recurso florestal poderá gerar uma crise no sistema produtivo local.

No Assentamento Serra do Taquaruçu, torna-se de primordial importância:

1. incentivar e apoiar práticas de produção que levem a um aumento da biodiversidade nos estabelecimentos através da instalação de sistemas agroflorestais;
2. promover atividades de capacitação com articulação da associação do assentamento junto aos governos, no sentido de preconizar técnicas agrícolas que preservem os recursos naturais;
3. promover atividades de capacitação para a agroindustrialização do excedente (agregando valor ao produtor) e contribuir para inserção desses produtos industrializados no mercado local;
4. Desenvolver junto ao poder público projeto que viabilize o escoamento da produção agrícola gerada pelos assentados.

A presente pesquisa propiciou um legado para mais alunos e pesquisadores atuarem na divulgação das potencialidades tocantinenses, os desafios e as formas encontradas para alavancar as nossas riquezas.

A pesquisa concluiu que a produção do assentamento não atende à demanda dos produtores rurais por isso a hipótese foi negativa. Apesar de alguns números positivos referentes à produção e comercialização percebemos que falta aos produtores planejamento adequado e pesquisa sobre qual a melhor atividade que se enquadra ao perfil de cada um e as condições geológica e hídrica.

Necessita-se também que sejam implementados projetos que viabilizem o acesso às informações técnicas necessárias ao gerenciamento das atividades agrícolas no assentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Revista de Economia Aplicada, São Paulo, n. 2, v. IV, p. 379-397, abril/junho 2000.

ASSUMPÇÃO, R. (2006). **O mercado e as possibilidades de comercialização para a agricultura familiar**. In: Andrade, M. R. (org.) Comercialização e agroindústria familiar: desafios e conquistas (pp.100-122). São Paulo: Fundação ITESP.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Agronegócio Brasileiro: Perspectivas, Desafios e uma Agenda para seu Desenvolvimento**. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Esalq/Usp, Centro de Estudo Avançados em Economia Aplicada Cepea, julho, 2006.

BRASIL – Ministério Especial de Política Fundiária. **Assistência Técnica nos Assentamentos** – Projeto Lumiar. Brasília, 1997.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O problema do Desenvolvimento Sustentável**, In: CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CAPORAL, F. R. **La Extension agraria del sector publico ante los desafios del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doutorado). Córdoba, ES, UC/ISEC-ETSIAM, 1998.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo – HUCITEC: ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DALMORA, E. **Caracterização dos sistema de produção em assentamento Rurais do territórios sul Sergipano**. VII CONNEPI 2012. ISBN 978-85-62830-10-5.

DELGADO, Guilherme. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Artigo. Estudos Avançados, vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 10 de outubro de 2016.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

INCRA. **Novo Mundo Rural**, Projeto de reformulação da reforma agrária. Brasília: Incra, 1999.

LACERDA, L. **Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico**, Bonito/MS. INTERAÇÕES, v. 8, n. 1, p. 55-64, mar. 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científica**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 9. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir. CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos**: Um Estudo Sobre o meio Rural Brasileiro. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2004.

LIMA, A, F, A. ZOMER, C. **Condições Gerais da Organização e da produção em assentamento rural de Aripuanã – MT e o acesso dos produtores aos incentivos e benefícios federais**. VIII convibra Administração – Congresso virtual brasileiro.

LOURENÇO, C, J. LIMA, B, E, C. **Evolução do Agronegócio Brasileiro, desafios perspectivas**. Observatório de La Economia Latino americana, Número 118, 2009.

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. Dissertação de mestrado.

MATTEI, Lauro. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**. Professor dos cursos de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Departamento de Ciências Econômicas. Campus Universitário, Trindade. Abr. 2014

MDA/INCRA. **II Plano nacional de reforma agrária**. Brasília: Gráfica Terra, 2003.

MUCHAGATA, M. **O perfil das instituições de ATER no Brasil** - Relatório Nacional. Brasília: NEAD, 2003.

Neves, D. P. **O associativismo e a comercialização agrícola**: dilemas do processo de assentamento rural. Em FERRANTE, V. S .L. S. B., & WITAKER, D. C. A. (orgs.), 2008. **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: NEAD.

OLIVEIRA, S. M.; MAZZINI, E. J. T. **Estratégias de Comercialização de Agricultores Assentados no Estado de São Paulo**. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

PALMEIRA, M., (org.), **Reforma agrária**: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro, Vozes/Ibase/FAO, 1994.

PIRES, Marco Aurélio Perroni. **Diagnóstico Socioeconômico de Assentamentos Rurais na Região de Ponta Porã e as Perspectivas de Desenvolvimento Local**. Universidade Católica Dom Bosco Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Campo Grande, 2002.

PICCIN, M, B. **Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados**. Doutorado em Ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade de Campinas. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 p.115, abr. 2012.

PONTES, E, A. SANTOS. J, M. **Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudos do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás – Brasil)**. Mundo Agrário, 16. Dezembro 2015. ISSN 1515-5994.

PRADO JR., Caio. **Contribuição para análise da questão agrária no Brasil**. In: José Eli da Veiga (org.). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 2000, p. 15-85.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária brasileira**. Conselho do Desenvolvimento (Presidência da República), 1961. 57 p.

SACHS, Ignacy. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas**. Los casos de India y Brasil. Pensamiento Iberoamericano 46, 1990. p. 235-256.

SANT'ANA, L, A. **Estratégias de produção e comercialização dos assentamentos da região de Andradina**, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v. 37 n. 5, maio 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos**. Revista Agrotrópica. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.

SILVA, Devanildo Braz da. **Sustentabilidade no Agronegócio**: dimensões econômica, social e ambiental. Mestrado em Administração – UFMS, 2012.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. **Desenvolvimento local e agricultura familiar**: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan/jun. 2009.

VEIGA, J. E. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set/dez. 1996.

XIMENES, Tereza Maria Ferreira. Socióloga. Pós Doutorado Sociologia, **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará NAEA-UFPA**, tereza_naea@ufpa.br; 4Eng. Agr. D.Sc. Economia Rural Embrapa Amazônia Oriental.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ANEXO I – Portaria de criação do Acampamento Serra do Taquaruçu

PORTARIA/MIRAD/Nº 546

DE 25 DE abril

DE 1988

O MINISTRO DE ESTADO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 85, inciso IV, da Constituição Federal e tendo em vista as prescrições do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, resolve,

I. Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de parceiros, de parte do imóvel rural denominado Serra do Taquaruçu, objeto de arrecadação, através da Portaria/DF/Nº 066, de 25 de janeiro de 1980, com área de 1.987,4979 ha (hum mil, novecentos e oitenta e sete hectares, quarenta e nove ares e setenta e nove centiares), localizado no Município de Porto Nacional, no Estado de Goiás, de domínio da União, que prevê a criação de 45 (quarenta e cinco) unidades agrícolas familiares e a implantação da infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural, de conformidade com o Plano Preliminar elaborado pela Delegacia Regional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário naquele Estado e as recomendações da Secretaria de Assentamento e Colonização-SEASC, objeto do processo MIRAD/DR-GO/Nº 181/88;

II. Criar, para os efeitos da destinação ora aprovada, o Projeto de Assentamento **SERRA DO TAQUARUÇU**, a ser implantado e desenvolvido por aquela Delegacia Regional, em articulação com a Secretaria de Assentamento e Colonização;

III. Autorizar o Secretário de Assentamento e Colonização a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto.


JADER BARBALHO

ANEXO II – Questionário usado na pesquisa para entrevistar os assentados (três páginas)

Questionário

Identificação

Nome:

Tamanho da propriedade:

Quanto tempo reside no imóvel:

Número de pessoas que residem no imóvel:

Número de pessoas que contribuem com mão de obra na produção:

1. Quais os tipos de culturas que são produzidas na sua propriedade?

☐ mandioca

☐ milho

☐ hortaliças

☐ frutas. Quais? _____

☐ Outras culturas. Quais? _____

2. Cria algum tipo de animais?

☐ ovinocultura

☐ suínos

☐ bovinos

☐ aves

3. A produção é?

☐ subsistência

☐ comercialização

☐ comercialização e subsistência

4. A produção atende a demanda familiar?

☐ sim

☐ não

5. Os produtos comercializados são vendidos:

☐ feiras

☐ supermercados

☐ compra direta/venda governamental

☐ comercialização direta com o consumidor

6. Quais culturas proporcionam melhor retorno financeiro?

_____ Por que?

7. Em relação a produção leiteira. Como o leite é comercializado?
- ☐ feiras
 - ☐ supermercados
 - ☐ compra direta/venda governamental
 - ☐ comercialização direta com o consumidor
8. O leite é processado?
- ☐ sim ☐ não
- Caso sim. Quais os produtos?
9. Onde estes derivados do leite são comercializados?
- ☐ feiras
 - ☐ supermercados
 - ☐ compra direta/venda governamental
 - ☐ comercialização direta com o consumidor
10. Como é feita a comercialização de bovinos?
- ☐ direta para frigoríficos
 - ☐ comercializada entre os produtores do assentamento
 - ☐ atravessador
 - ☐ leilões
 - ☐ Outros meios. Quais? _____
11. Como é escoada a produção?
- ☐ através de transporte próprio
 - ☐ através de transporte do comprador
 - ☐ aluguel de veículo
 - ☐ outros. _____
12. Na produção de vegetais, hortaliças e cereais é utilizado algum tipo de agrotóxico?
- ☐ sim
 - ☐ não
13. Caso sim. Quais os tipos de agrotóxicos mais utilizados?
- _____
14. Você faz rotação de culturas?
- ☐ Sim
 - ☐ não
- Caso sim. Quais as mais comuns?
15. De onde você recebe informações sobre plantio, criação, comercialização dos produtos?
- ☐ Governos
 - ☐ Associação
 - ☐ Sebrae
 - ☐ federações
 - ☐ troca de informação com vizinhos
16. Faz parte da associação do assentamento?
- ☐ sim
 - ☐ não

17. Você pretende desenvolver algum outro projeto na área de agricultura familiar?

☐ sim

☐ não

Caso sim. Quais?

18. Já buscou algum financiamento em bancos ou entidades para investir na propriedade ou projeto?

☐ sim

☐ não

Caso sim. Quais entidades

19. Utiliza o Pronaf?

☐ sim

☐ não

Caso sim. Para qual projeto?

20. Recebe assistência técnica de algum órgão?

☐ sim

☐ não

Caso sim. Quais órgãos?

21. Os alimentos consumidos no dia a dia vêm de qual origem?

☐ comprados em supermercados, feiras, etc

☐ trocas

☐ produzidos na propriedade

22. Na sua opinião quais são os maiores problemas encontrados para aumentar a produção?

23. Quais as maiores dificuldades encontradas por você para a comercialização da produção?